



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 3 DE OUTUBRO DE 1995

Bom, eu acho que estão faltando aqui o Vice-Presidente Marco Maciel, que confirmou que viria. E quem mais? E o Ministro Clóvis Carvalho. Mas acho melhor começarmos a reunião.

A primeira parte vai ser dedicada às fotografias, e depois nós podemos ficar mais à vontade, sem paletó. Tem fotógrafos aí... Então, mande entrar.

Senhores, creio que nós podemos começar nossa reunião. O Vice-Presidente deve chegar daqui a pouco, e nós, como já fomos fotografados, podemos tirar o paletó, agora que não tem mais fotógrafos.

Eu queria mais uma vez agradecer a presença e a cooperação dos senhores líderes aqui presentes, e vice-líderes, e dizer que, da mesma forma como nós fizemos recentemente com os Governadores, que convidamos para conversarmos a respeito de um conjunto de reformas, nós queríamos conversar, hoje, com a franqueza normal, habitual. Não creio que seja necessário, no caso dos líderes, fazer a mesma coisa que se fez com os governadores, porque os governadores não tinham idéia, muitos deles, do conjunto das reformas. Os senhores aqui estão informados.

Tenho a impressão de que, sem querer tolher a opinião de quem quer que seja – naturalmente os que acharem necessário aduzir alguns

outros pontos na agenda poderão fazê-lo –, nós deveríamos nos concentrar na questão da Reforma Administrativa, porque essa está aí em pauta. Quando eu digo “administrativa”, sempre estendo também àquela parte da Previdência que, no caso do serviço público, diz respeito às aposentadorias dos servidores públicos, porque vão em conjunto.

Não quero – não creio que seja necessário – reiterar o que já tem sido dito tantas vezes pelos senhores e por mim, mas eu fiquei profundamente impressionado na reunião que tive com os governadores, porque eles chegaram aqui com a posição de desconfiança até quanto aos números do Fundo Social de Emergência, quanto às questões que estavam em pauta, quanto à reforma tributária. No final da reunião, tenho a impressão de que saíram todos convencidos, não só da importância das reformas, mas convencidos quanto à necessidade de que eles próprios ajudem na operacionalidade desse assunto.

É claro que o Congresso não obedece nem a governador nem a Presidente da República, tem sua opinião própria. E essa opinião é filtrada pelas diferenças. De modo que o convencimento dos governadores não significa automaticamente que o Congresso esteja de acordo. Mas acho que seria importante que se reiterasse que a razão pela qual nós estamos insistindo tanto nessas reformas é muito simples: é que a crise fiscal é uma realidade, e, embora nós tenhamos conseguido, como todos sabem, controlar a inflação através basicamente da chamada âncora cambial, da âncora monetária e da âncora verde dos preços dos produtos agrícolas, temos que levar adiante esse processo assegurando condições de uma estabilidade mais continuada. E isso depende da reforma fiscal.

E reforma fiscal, no caso, não quer dizer da União, até porque a situação da União é mais confortável. Bem ou mal, temos tido superávits nos últimos anos e neste ano vamos ter também, porque nós temos tido condições de controlar o gasto público de maneira adequada; mas a situação dos estados e municípios piorou no decorrer deste ano. E piorou por uma razão simples: é porque, com a estabilização, isso traz conseqüências para a gestão do tesouro dos estados e dos municípios que nem todos tiveram condições de perceber a tempo.

Quando alguém dá um aumento de salário de 25% e não está contando mais com a inflação para corroer esse salário, isso vai ter que sair da receita. E, por mais que a receita tenha crescido – e a receita cresceu: o Fundo Social de Emergência, em média, subiu 30% este ano, em termos reais; a participação dos estados e municípios foi de 32% reais; isso foi o quanto saiu, através dos fundos, para os estados e municípios – muitos estados estão com dificuldade.

E eles estavam diagnosticando essa dificuldade de uma maneira equivocada: basicamente, em termos de que era consequência das altas taxas de juro. Nós mostramos que, na composição do gasto dos estados, a perda de controle se deveu, dois terços, ao aumento de despesa, basicamente aumento de pessoal; e um terço, à taxa de juros, ou melhor, ao serviço da dívida. E, no serviço da dívida, quando se foi verificar a dívida contratada com a União, que é da ordem de 22 bilhões de reais, essa dívida tem taxa de juro, fixa, de 6,5% ao ano.

Então, quando se vê no Senado uma pressão para modificar as alíquotas – os tetos de transferência para a União, através da dívida –, está se vendo que esse diagnóstico está equivocado, porque apenas um estado paga, hoje, da dívida contratada, mais do que 9%, paga 9,4% ou 9,6%: todos os demais pagam abaixo de 9%. E, se a alíquota passar de 9 para 11, não vai alterar em nada, porque a União não está recebendo mais do que 9% da parte da dívida que já está negociada com o Governo. A questão é outra. Só um estado paga mais de 9%. Querem baixar de 11% para 9%, e não adianta nada, não altera a situação, no que diz respeito a esses 22 bilhões de reais que já foram objeto de negociação com o Governo.

Então, por que está apertado o calo dos estados? No que diz respeito às dívidas financeiras, se deve ao seguinte: primeiro, aos AROs, que são a Antecipação de Receita Orçamentária. E isso não é com o Governo Federal. É com os bancos privados. Segundo, é a dívida mobiliária. Essa, sim, pesa grandemente. Mas essa não foi negociada. E, terceiro, é a questão da dívida dos estados para com os seus bancos estaduais. Então, em vez de modificar a alíquota de dívidas já negociadas no Congresso, o que tem que ser feito é outra coisa: é negociar o que não foi negociado ainda.

Bom, acho que os governadores entenderam isso e viram que a disposição do Governo Federal não era de extrair recursos dos estados. Era só dizer: “Olha, continuem pagando essa dividazinha, que está negociada a 6,5% ao ano de juro, e vamos tentar equacionar as outras dívidas que não estão equacionadas.”

Agora, imaginemos que se equacione tudo isso. Não adianta nada, do ponto de vista do estado, porque, realmente, onde o carro pega é que a despesa cresceu muito, e alguns estados, só na folha de pessoal, pagam 103%, 104%. Por exemplo, Alagoas. Por exemplo, Mato Grosso.

Mais ainda: vários governadores declararam aqui que a despesa com pessoal, a folha, está crescendo entre 1% e 3% ao mês, automaticamente, de forma vegetativa. Por quê? Pelos decretos, pelas leis já existentes. As leis já existentes fazem com que haja, digamos, um aumento em cadeia, que não pára.

Se se imaginar que, em média, a despesa com pessoal está crescendo a 2% ao mês, isso vai dar, no fim do ano, um montante de 27%. E não há reforma tributária que possa resolver, com um aumento, a cada ano, de 27%. Então, é preciso, ao mesmo tempo, renegociar o conjunto das dívidas e tomar medidas para diminuir o peso do encargo de pessoal sobre a administração.

Os senhores, que são deputados federais, sabem que isso vale para a União também; que o orçamento da União aumenta crescentemente, de ano a ano, a folha de pessoal, sem que nós tenhamos aprovado qualquer lei que beneficie os funcionários, mas simplesmente por causa das prerrogativas; e – mais ainda – que há um outro problema, que é grave, que é o das aposentadorias. Aí é dramático, porque cada funcionário que se aposenta ganha mais na aposentadoria do que na atividade. E ele é substituído por outro. Isso aumenta o gasto público.

Essa é a situação com a qual nos defrontamos neste momento. Os governadores se queixaram de um outro problema, que é o gasto do Judiciário, que, em alguns estados, é muito forte, não só em termos dos salários dos desembargadores e dos juizes, como em termos do pessoal do Judiciário. E a conta é passada para o Executivo, por causa da chamada independência dos poderes. Só que chegou um momento em que

alguns estados, depois de 88, multiplicaram por três o gasto com o Judiciário e também com o Legislativo.

Então, estamos chegando a uma situação desesperadora, porque é só fazer uma projeção simples do que está acontecendo neste ano, mesmo que se dê, como este ano, em que a receita aumentou violentamente – vejam, só no fundo de participação, 32%, sem falar no ICMS, que, em termos reais...

Quanto aumentou o ICMS, Serra?

Ministro José Serra: Neste ano?

Presidente: É.

Ministro José Serra: Eu acho que acima de 20%.

Presidente: Acima de 20%, no ICMS. E, nas transferências, mais de 30. É um aumento enorme, porque é muito pouco provável que se possa projetar um aumento continuado nessa base, nos próximos anos.

Então, esse é o quadro com o qual nos defrontamos. As emendas que estão apresentadas aí, pelo Ministro Bresser, visam a atender a esses reclamos. Está chegando aí o Senhor Vice-Presidente da República, que não vai receber uma salva de palmas porque chegou atrasado (*risos*), mas sabe que o coração de todos pulsa emocionado (*risos*). Eu estou brincando.

Enfim, essa é a situação com a qual nós nos defrontamos. As emendas são para fazer frente a esses problemas, que são de base, são profundos, são muito sérios. E o que é de notar é que governadores de todos os partidos – PT, PDT, sem falar nos nossos partidos – todos disseram a mesma coisa e todos pediram que houvesse alguma ação capaz de lhes permitir uma flexibilização. Esse é o quadro.

Eu pediria que o Ministro Serra, rapidamente, agregasse alguma coisa sobre a questão, digamos, diretamente orçamentária e da situação financeira. Depois, não sei se o Ministro Bresser precisará explicar, acho que os líderes conhecem as emendas melhor do que eu – certamente sim. Eu, depois, preferia ouvi-los, e ver como estão encarando a situação.